

A EDUCAÇÃO DO CAMPO: NUM PERSPECTIVA FREIRIANA A PARTIR DA EDUCAÇÃO POPULAR

Edízio José Barbosa dos Santos

Universidade Vale do Acaraú / PE – professor.edizio@gmail.com

Laurecy Dias dos Santos

SEE/PE – Centro Esportivo Santos Dumont – laurecydias@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ao discutirmos a educação na atualidade nos deparamos com a extensão que a mesma representa em sua forma de transmitir o conhecimento e de suas modalidades de ensino. Em acordo com Paulo Freire (1997, p.27) “o conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo”. Neste contexto requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda um buscar constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.

Este artigo com base numa pesquisa bibliográfica, tem como objetivo apresentar as contribuições freirianas na construção do conhecimento sobre a educação popular e a educação do campo.

Reconhecemos que na educação popular há uma importância do conhecimento das vivências cotidianas na formação do sujeito. Dessa forma, percebe-se diante do pensamento de freiriano, que um dos requisitos básicos para práxis na educação do campo é o fato de vivenciarmos a realidade do cotidiano desse educando através da valorização de sua cultura, religião enquanto sujeitos de transformação social. Para Freire (1996), sendo o mundo humano de comunicação, a finalidade do conhecimento também se encontra na comunicação ou intercomunicação entre os sujeitos.

Pensar da Educação do Campo a Partir do legado Freiriano

Temos que reconhecer que diante do processo de ensino e aprendizagem historicamente o diálogo é o componente essencial na arte de ensinar e aprender, que seja na forma empírica

ou através do conhecimento científico. A práxis educativa surge como meio pela qual a educação se concretiza, no contexto atual realize-se de forma formal ou informal entre os sujeitos. Compreendemos que só há educação significativa se o foco não estar apenas no sujeito ou no objeto, mas na práxis como reflexão crítica dessa realidade.

Freire (2007, p. 85), em *Pedagogia da Autonomia*, propõe uma reflexão na prática docente a partir de um olhar crítico. “Como professor deve saber que sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me inseri na busca, não aprendo nem ensino”.

Melo Neto (2014, p. 72) comenta:

A construção de um currículo contém a oportunidade de uma práxis elaborada de um conhecimento acadêmico, permeado das contribuições dos docentes, dos discentes e, também das possibilidades de troca de saberes sistematizados, acadêmicos ou populares.

Em se tratando do currículo como mecanismo para o exercício da práxis na educação do campo é necessário também que o conhecimento acadêmico mediante as contribuições de educadores e educandos se entrelacem na troca de saberes acadêmicos ou populares, constituindo-se na experiência de ambos pela expressão de saber. As relações construídas sobre a educação do campo não pode estar alheia aos sentidos e significados da “terra” na vida do homem; ela não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Boff (1999) descreve que, somos a Terra no movimento de auto realização e de consciência.

Segundo relatora do parecer das Diretrizes Operacionais para a Educação Rural, Edla de Araújo Lira Soares (BRASIL,2011 _) comenta:

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. Até então, em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (BRASIL, 2001).

Porém, depois da Constituição Brasileira de 1988, marco da redemocratização do Brasil, com o avanço das políticas públicas surge uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, que no Artigo 28 trata sobre a Educação do Campo: “Na oferta de educação básica a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação e particularidades da vida rural e cada região”.

Neste sentido percebe-se a organização das políticas públicas em favor do homem do campo na oferta de uma educação escolar adequada as suas exigências, onde contemple além do espaço físico sua cultura, religiosidade e a sua produção de conhecimento. Muitas foram às lutas dos movimentos sociais do campo para tal conquista.

Seguindo a linha de pensamento freiriano, o homem do campo construir-se de saberes diferente os quais são necessários ao homem da cidade urbana, precisamos deixar de lado o preconceito que ainda existe em pensar que ser do campo, significa atraso cultural, ou seja, o velho “Jeca Tatu”.

Brandão (1984, p) afirma: Não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor, o ensino escolar não é sua única prática e o professor não é seu único praticante.

Freire (1983), ao discutir sobre o inacabamento do ser humano, nos põe frente a verdade, sobre o inacabamento do ser ou sua inconclusão própria da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Refletimos incessantemente e através da reflexão-ação-reflexão consideramos que a prática pedagógica da educação do campo, leve os educandos à consciência do inacabamento, estimulando a busca de novas oportunidades e descobrir a educação como um elemento a ser incluso em suas vidas. Conclui-se que o aprender está presente em cada ato que o mesmo realiza na construção do novo, através de sua leitura de mundo.

Segundo Porto (2001, p.151):

Freire nos deixa uma grande herança. Sua história, sua práxis político-pedagógica e sua luta pra construção de um projeto de sociedade inclusiva. Continuar discutindo com respeito da sua pedagogia é um compromisso de todos nós que lutamos por inclusão social, pela ética, por liberdade, autonomia, pela recuperação da memória coletiva e pela construção de um projeto para uma escola cidadã.

Trata-se sem dúvidas de uma proposta eminentemente educadora e reflexiva, pautada a partir do diálogo entre os sujeitos. As ideias freirianas propõem uma concepção de educação problematizadora, que contribui para a libertação do ser humano, que conduz ao ser mais.

Compreende-se que o ensinar é um processo que ocorre a partir do olhar para fora e para dentro da realidade deste educando no exercício educativo, exigindo do educador um olhar afetivo e reflexivo diante de sua práxis.

Analisando o processo de ensino-aprendizagem, podemos afirmar que o papel da educação popular perpassa o simples ato de transmitir conteúdos, a comunicação entre educador e educando só se processa produtivamente quando leva em conta a motivação, transformando por sua vez a aula mais agradável.

CONSIDERAÇÕES FINAS

Este levantamento bibliográfico oportunizou o estudo do legado freiriano, e de autores que dialogam com suas obras.

As visões acerca da educação popular e educação do campo precisam entender o campo como espaço sócio educativo onde a diversidade e a diferença perpassam o aprender. Dentro deste contexto, percebe-se o quanto é rico o espaço social construído no campo a partir desses sujeitos o qual se diferenciam da cidade urbana através de sua riqueza cultural. Há na atualidade uma necessidade urgente de revê esse conceito, pois sendo a educação o mecanismo de comunicação entre os homens, precisamos quebra os paradigmas da exclusão social e projetar a inclusão social a partir desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a educação rural**: proposição pertinente. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Cultura Brasileira, 1985. Coleção Primeiros Passos.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. **A educação e o processo de mudança social**. IN: FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. Vol.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (coleção Educação e Mudança)

_____. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários á prática educativa: 6. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997

MELO NETO, José Franciscode. **Educação Popular:** enunciados teoricos. João Pessoas: Editora Universitária: UFPB, 2004.